



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

CONDICIONANTES PARA A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL. PEQUENAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS: O CASO DO BAIRRO SANTA RITA.

Carla Stedile (UFSC) - carlastedile@hotmail.com

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Regional de Blumenau, Mestranda em Urbanismo História e Arquitetura da Cidade pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.



CONDICIONANTES PARA A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL. PEQUENAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS: O CASO DO BAIRRO SANTA RITA.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a segregação socioespacial em uma escala menor de cidades, as pequenas. Buscando apontar determinantes fundamentais e refletir sobre as influências de investimentos públicos, ou a falta deles, nos padrões de segregação, tem como objetivo, também, dar início aos estudos sobre a segregação socioespacial do Bairro Santa Rita, localizado na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, que foi construído para receber os atingidos de uma grande enchente que aconteceu na cidade em 1983, assim como compreender como o bairro foi se consolidando no período em que ficou escasso de infraestrutura, os problemas enfrentados, como era e ainda é visto pela população da cidade, dentro de um contexto de exclusão, e como criaram uma identidade própria e uma forma peculiar de habitar em comunidade. Para estudo inicial buscou-se aporte teórico de autores com produção acerca do tema segregação, e embasamento em trabalhos com enfoque em cidades pequenas tendo em seus históricos casos de segregação socioespacial. Já existem estudos que mostram o quanto comunidades periféricas de pequenas cidades apresentam problemas característicos das periferias de grandes cidades brasileiras, pois nasceram e cresceram sem infraestrutura adequada. Existem estudos em três enfoques: a) segregação das atividades e dos locais de moradia; b) distribuição dos serviços e equipamentos coletivos; c) subordinação dos meios de transporte à lógica segregativa. Percebemos então que as tendências do planejamento urbano para áreas periféricas, ainda não foram capazes de apontar ações que impactem essa realidade, inclusive em cidades pequenas.

Palavras-chave: Pequenas Comunidades. Investimentos Públicos. Segregação Socioespacial.

ST – 1: Projeto, Processo, Superação de Limitações.



1. INTRODUÇÃO

As relações da sociedade com o espaço estão se tornando complexas e manifestadas de maneiras diferentes. São diversas e distintas relações, e a desigualdade na utilização e vivência dos espaços vai compondo os visuais e faz com que apareça, dentre outros termos, o que chamamos de segregação socioespacial. São diversos problemas sociais com causas ligadas aos fatores como o mau uso e distribuição do território, colidindo com questões pertinentes à segregação socioespacial que merecem estudo constante. A segregação espacial de diferentes classes em distintas áreas das cidades é um assunto muito abordado, mas considerado importante por poucos, e vale lembrar que a mesma não está presente apenas em metrópoles e grandes cidades. Em pequenas cidades a segregação está presente. É notável desde as características territoriais locais, em como localidades vão sendo moldadas e consolidadas, como os moradores se deslocam e se relacionam entre eles e com o restante da cidade, na existência e falta de equipamentos urbanos, pouca ou nenhuma infraestrutura e também a diferenciação dos outros bairros, em como uma região da cidade se relaciona com outra, sendo de localização próxima ou não. Esses fatores influenciam na composição dos lugares, e na forma de viver das pessoas. Nessa composição social a forma da cidade está inclusa, onde se destaca a relação das edificações com demais traçados da cidade, como vias, calçadas, áreas verdes, serviços e também equipamentos urbanos... E como os vivenciadores se comportam com essas diversas formas (trabalho, lazer, saúde e até crimes). A segregação urbana, ou segregação socioespacial, pode ser consequência de alguns fenômenos e também causadora de outros. Tendo esse pensamento como base, se torna importante estudar o crescimento de tal lugar junto de comportamentos sociais, relacionando com problemas já existentes, pensar soluções para que não se perpetuem, prevenindo problemas futuros. Afinal, metrópoles com áreas segregadas um dia já foram discretas pequenas cidades.

2. Concepções acerca do tema Segregação.

Na sociedade que vivemos, a segregação socioespacial é uma das relações de desigualdade existentes. São diversas relações complexas, manifestadas no espaço de um jeito variado. Um exemplo de segregação se deu após a Revolução Industrial, quando as camadas



trabalhadoras se distribuíram separadamente da classe burguesa da cidade, fixando moradia aos arredores das indústrias em que trabalhavam. Outro fenômeno, atual, que acaba provocando a segregação de grupos, é quando as pessoas de maior poder acabam desocupando áreas da cidade em busca de locais de seu interesse, e essas áreas vazias acabam sendo ocupadas pela população de menor poder. Detalhes que observamos com certa frequência nas nossas cidades acabam colaborando com a segregação de grupos de pessoas, como por exemplo o simples fato da inexistência de transporte público em algumas áreas. Assim identificamos Ações Segregatícias.

A segregação socioespacial brasileira é um fato visível e pode ser identificada pela má distribuição residencial, que em conjunto com outros aspectos representados no espaço, como o acesso a estrutura e serviços básicos, dividem a população, considerando basicamente, as diferentes condições financeiras. A segregação é pesquisada por muitos estudiosos, entretanto, muitas vezes apenas a segregação residencial tem sido de grande foco. Existem estudos que tratam sobre a questão dos condomínios fechados, que de certo modo se auto segregam do restante da cidade, graças a grande oferta de serviços necessários existente dentro dos mesmos. Neles observa-se a não articulação com o restante da estrutura urbana, que promove a insegurança nos seus arredores murados, e o interesse imobiliário se faz presente ao direcionar esses empreendimentos a parcela da população de maior renda.

Falar de segregação urbana abre-se caminho para abortar o tema de outros pontos de vista, como por exemplo a segregação dos empregos, serviços, educação, etc. Porém, existe uma situação segregatícia onde a discussão sobre a mesma ainda é rasa: cidades pequenas e suas comunidades segregadas. O pensamento de Villaça (1998) propõe que a segregação socioespacial pode ser entendida como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 1998), somando esse pensamento junto ao de Schimidt (2009) em que “[...] a cidade traz, em sua essência, separação, que se dá de forma clara e pontual no espaço e evidencia processos de pobreza, contradição e segregação”, podemos refletir sobre a segregação ter relação tanto com a estrutura espacial urbana quanto com todos os componentes da totalidade social. E isso influencia na concepção do espaço urbano, que também é resultado da ação humana (formas de trabalho, moradia, lazer, relação entre eles)



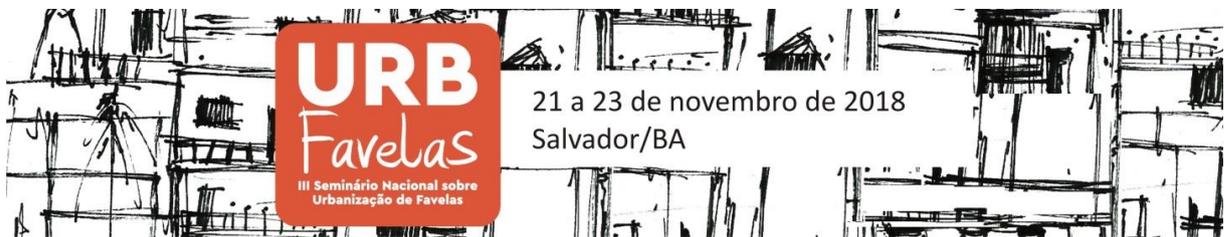
sendo que essas ações humanas também são influenciadas no momento em que a segregação afeta o comportamento de diferentes grupos de pessoas.

3. Segregação em Pequenas Cidades.

Ao pensar em pequenas cidades, também podemos pensar em curtas distâncias, pequenos trajetos, grupos de pessoas que se conhecem, equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis e otimizados, etc. Então, como pensar em segregação socioespacial nesses lugares? Ela realmente existe? Endlich (2006) comenta que “as diferenças entre as grandes e pequenas cidades não são apenas referentes aos quilômetros quadrados que ocupam suas edificações e nem somente quanto ao seu volume demográfico, mas estão nas relações e interações que existem no âmbito das mesmas.” (ENDLICH, 2006)

A segregação socioespacial, então, pode se constituir em todas as cidades, desde as pequenas até as grandes metrópoles em escalas diferentes, e a causa pode estar ligada com a organização da sociedade que mantém e fortalece desigualdades sociais. Organização essa, gerada pelos conflitos sociais e a estratificação social, separando espaços e pessoas. Essa estratificação social envolve a classificação das pessoas em grupos com base nas condições socioeconômicas comuns; de dimensões econômicas, social, política e ideológica. Ideológica pois, além de envolver não só a desigualdade, mas também crenças, conceitos e pensamentos passados com o tempo, por exemplo, culturas consideradas ideais, excluindo qualquer diferença cultural que se inicie. Roma (2010), comenta sobre diferenças do processo de segregação, relacionado com comportamento social, em pequenas e grandes cidades, destacando que

“As semelhanças estão nas configurações do processo de segregação socioespacial que se mantêm, mesmo que a realidade das cidades pequenas seja distinta, como: 1) constituição de condomínios e/ou loteamentos fechados e favelas, ou seja, a separação entre ricos e pobres; 2) ausência e/ou presença, quantidade e/ou qualidade dos meios de consumo coletivo; e 3) a subjetividade que envolve o processo. As diferenças se expressam nas diversas formas como o processo se constitui nas pequenas, médias e grandes cidades, dentre as quais, referentes às cidades pequenas, destacamos: 1) as relações entre os agentes sociais; 2) a visibilidade dos processos sociais; 3) as relações entre o rural/agrícola/urbano; 4) e as relações interurbanas.” (ROMA, 2010)



Falar sobre segregação urbana, ou segregação socioespacial, nessas cidades pequenas pode ter mais visibilidade e alcance, do que em metrópoles, pela facilidade de disseminar informações. Se feito de forma organizada e estratégica, levando em considerações demandas sociais, índices e estatísticas locais, por menor que seja a cidade, é possível encontrar focos de desigualdade. Tendo essas informações disponíveis, dentro da escala de pequena cidade, ao disseminá-las o alcance é maior. Então qual o motivo da ausência desse debate? Talvez seja mais complicado abordar sobre o tema, tanto na esfera governamental (prefeitura) quanto na esfera social (população em geral) por conta de um certo conservadorismo enraizado. É o caso de culturas dominantes. Qualquer grupo de pessoas ou localidade que fuja um pouco do que é considerado ideal, ou que acabou se tornando padrão durante muito tempo, não recebe apoio. É discriminado. Excluído.

Nesses locais de menor escala, quando identificamos pequenos bairros ou comunidades, muitas vezes observamos um uso mais rural, com pequenos agricultores, onde a cultura e identidade são de uma certa colonização. Essas características estão muito presentes em cidades onde a agricultura é a principal fonte que movimenta a economia, ou uma das principais. São comunidades com uma certa distância do centro, e necessitam muitas vezes usar o automóvel ou transporte público. Mesmo distantes, essas comunidades ainda recebem atenção por parte do poder público, principalmente se o dito conservadorismo enraizado existe, pois preserva um mesmo padrão com o passar do tempo. A própria população da cidade se acostuma com uma dita “cultura ideal”. Porém os investimentos são tão concentrados em áreas de maior poder financeiro e áreas com cultura considerada ideal, que qualquer nova comunidade que fuja desses padrões, não recebe investimentos necessários. Essas são diferenças que vão se construindo com o crescimento da cidade.

Mas como identificar quando outros fatores influenciam nessa distância e segregação (tanto física quanto sensorial) que alguma área periférica, por exemplo, tem do centro, dos serviços, equipamentos e tudo que é necessário para viver com qualidade? Fatores estes, que colaboram com uma segregação de fato, como quando uma determinada população é forçada de modo involuntário a se agrupar em uma dada área. Existe segregação de um grupo quando este se segrega ou é segregado.



4. O Caso da Comunidade Santa Rita, em Rio do Sul, Santa Catarina.

Rio do Sul, localizada no Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina, é uma pequena cidade de colonização italiana e alemã, e as principais fontes que movimentam a economia são as empresas têxteis e também a agricultura. No ano de 1983 a cidade passou pela maior enchente de sua história. Muitas áreas baixas da cidade eram habitadas, e o resultado disso durante a enchente, foram muitos desabrigados. Ao fim da enchente, se iniciou o processo de reconduzir os moradores atingidos para novas áreas e moradias, sendo que essas moradias estariam em alguns terrenos que foram doados pelo governo do estado e se localizavam em diferentes regiões da cidade. O discurso utilizado era o de levar as pessoas para lugares fora da cota de enchente para não serem mais atingidas. Porém depois que as áreas começaram a ser habitadas na real situação que se encontravam, os moradores começaram a enfrentar dificuldades que eram movidas por vários fatores. Primeiramente, grupos de pessoas que antes da enchente moravam próximos uns dos outros na mesma região, foram separados nas diferentes áreas da cidade que foram destinadas para as habitações. Essas áreas eram periféricas e também espaços vazios da cidade, ou seja, as pessoas passaram a habitar lugares onde não existia infraestrutura.

O bairro Santa Rita foi a principal comunidade construída em 1983 para ser o novo local de morada para muitos atingidos da enchente, sendo que até hoje, mesmo depois de muitas conquistas, ainda é segregada, e os motivos que levam a isso aparecerão no decorrer do trabalho. A comunidade se encontra às margens da Rodovia BR 470, uma das principais do estado, e que corta a cidade de Rio do Sul. Por ela passam muitas pessoas diariamente, saindo e chegando na cidade, inclusive nas muitas fábricas de jeans localizadas no decorrer da rodovia e nas bordas da comunidade Santa Rita. É uma das primeiras comunidades que aparece para quem chega na cidade de Rio do Sul (uma porta de entrada), vindo do litoral, e muitas das pessoas que passam pela rodovia nem imaginam, que discretamente, atrás das fábricas, existe uma comunidade que já passou por muitos momentos e dificuldades, nasceu, cresceu, conquistou e segue se desenvolvendo, de um jeito característico e peculiar, com senso de comunidade e cooperação, e que mesmo com essas potencialidades, ainda é vítima de exclusão por parte de administração pública e discriminada por tantos habitantes. Muito já evoluiu. Mas muito ainda existe para colocar em evidência.

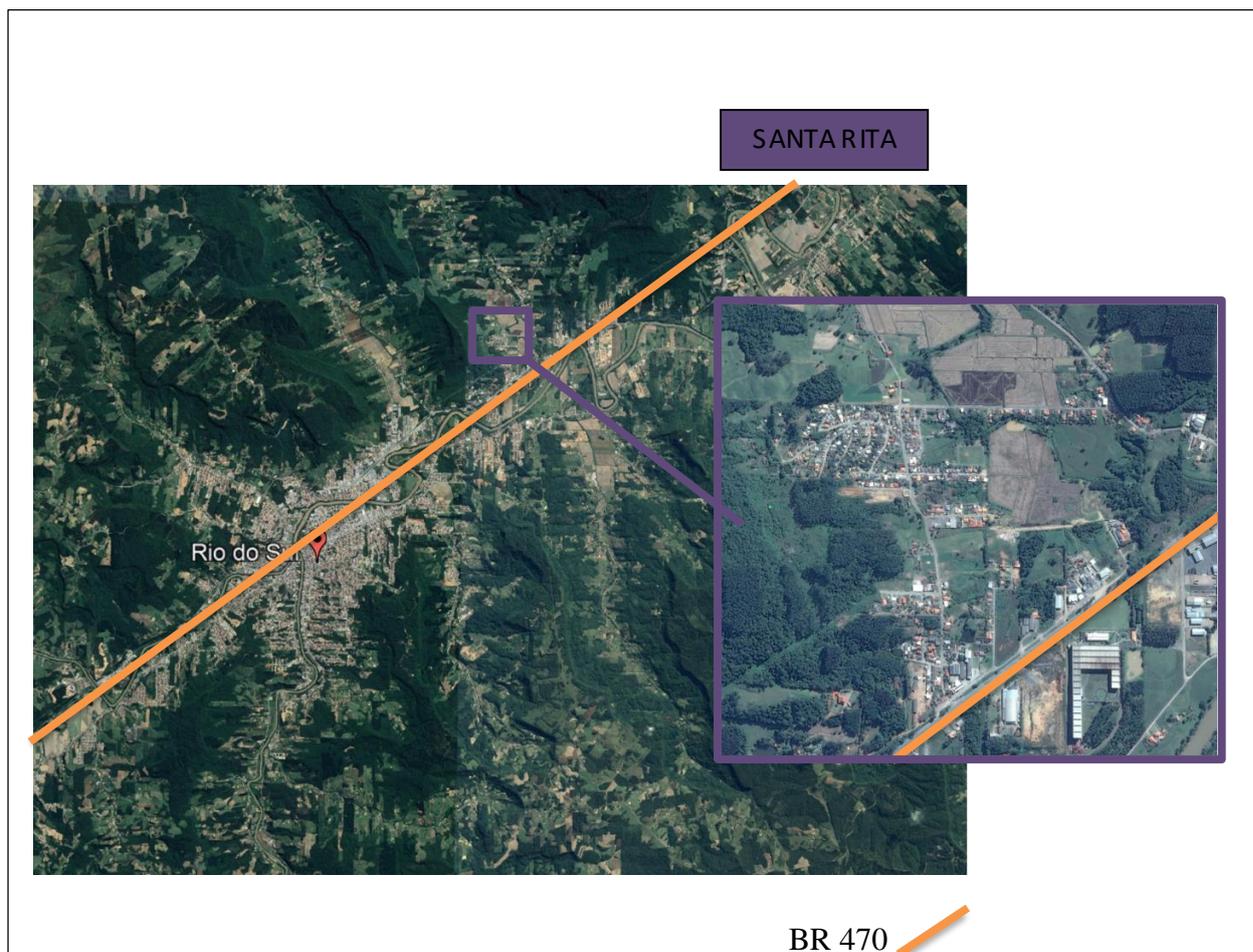


Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil.



(Fonte: Google Imagens)

Localização do bairro na Cidade de Rio do Sul



(Fonte: imagem: Google Earth. Edição: Carla Stedile)



4.1. Como os Investimentos Públicos, ou a falta deles, influenciam na segregação Socioespacial da comunidade.

Nos primeiros anos, era conhecido como o loteamento dos flagelados, assim chamado pelos demais moradores de Rio do Sul e também pelas poucas pessoas que já moravam nas redondezas da sua área. As residências, construídas pelo governo do estado, eram padronizadas, e no momento em que as pessoas chegaram oficialmente, ainda não contavam com energia elétrica funcionando de forma regular. Essa foi a primeira dificuldade enfrentada. Outro fator que também dificultou as primeiras experiências dos novos moradores, devido à falta de investimento municipal, foi a dificuldade de acesso à comunidade, considerando que as pessoas caminhavam por “picadas” até suas casas, que eram pequenos caminhos entre a vegetação que os próprios moradores criaram. Em dias de chuva ficava difícil a locomoção, pela quantidade de lama. Como o novo loteamento não contava com acesso por estrada, o transporte público não entrava, e os moradores precisavam se locomover até a rodovia 470, localizada às margens da comunidade, para ir até o centro ou outros locais próximos, para acessar serviços de educação, saúde, para trabalhar ou procurar emprego, já que a maioria estava desempregada após perder tudo na enchente, e a partir do momento que foram chamados de flagelados, encontrar emprego ficou mais difícil, encontrando muitas portas fechadas. Resumidamente, os moradores estavam em situação precária de moradias, mobilidade, crianças sem escola local, sem políticas e incentivos de emprego, comércio local, desenvolvimento orientado, etc.

Vale lembrar que os novos habitantes da área eram pessoas que acabaram de passar por um desastre, perdendo casas, familiares, empregos, além de muitos estarem em estado de choque, eram crianças e adultos que nunca haviam passado por situação parecida. Em um episódio destes, recomeçar a vida do zero, como se nada tivesse acontecido é praticamente impossível.

4.2. A questão da Assistência Social

Quando um determinado lugar enfrenta uma situação de grandes perdas, tendo funções de uma sociedade e vida em comunidade interrompidas, provocando intensos transtornos e prejuízos humanos, materiais ou ambientais, dificilmente encontramos um município

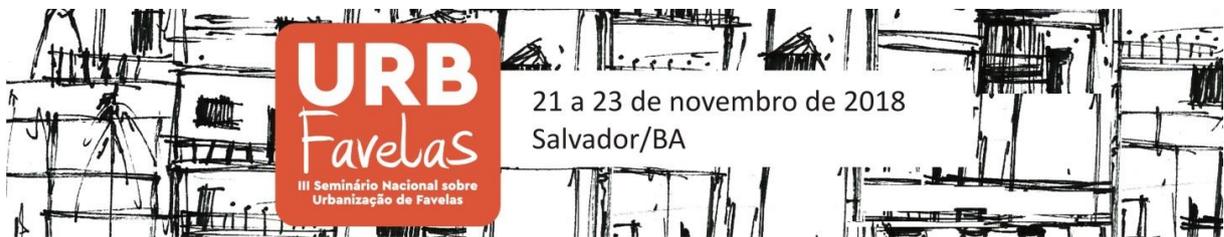


preparado, seja financeiramente, tecnicamente e até psicologicamente. Faltam recursos para reconstruir, por exemplo, a ponte, a escola, o hospital ou mesmo as casas, mas é necessário reconstruir. E também falta a orientação com as pessoas para a reorganização em comunidade e reestabelecimento na sociedade. Fernandes, Farias, Costa, Lima (2017) escrevem sobre como a assistência social pode contribuir no processo de reconstrução, “ entende-se que, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, é regida pelos princípios de universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade do cidadão, igualdade do direito no acesso ao atendimento e ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos. Percebe-se que os princípios têm por finalidade velar pelo bem-estar social. ” (FERNANDES; FARIAS; COSTA; LIMA, 2017)

De fato, esse processo de reconstruir socialmente determinada área, levando em conta comportamentos experiências vividas pela população, é um trabalho multidisciplinar, e necessita a colaboração e participação de diferentes profissionais e camadas da sociedade. Sendo assim, é válido acompanhar o pensamento de Lapolli (2013), quando fala sobre construção de territórios seguros, aborda questões como recuperação, reabilitação e reconstrução, explanando que:

“ O processo de restabelecimento das condições normais de vida em comunidade. Contém duas áreas, a reabilitação e a reconstrução. A recuperação ou o processo de reestabelecimento das condições de normalidade de uma comunidade afetada por um evento adverso inicia imediatamente após a finalização da fase de emergência ou manejo dos desastres. A recuperação deve considerar a variável risco e, se possível, a reconstrução deve ter um caráter preventivo, o que concorre para a criação de um novo cenário, mais seguro e menos vulnerável que o de antes do desastre. Os programas de recuperação devem se basear em estratégias e políticas públicas que facilitem o estabelecimento de responsabilidades institucionais claras, que permitam a participação pública e comunitária. ” (LAPOLLI, 2013)

A administração municipal deve estar a par das condições normais de vida em comunidade, ou pelo menos, condições necessárias e básicas para retornar a rotina. Essa questão vai desde assistência social até disponibilização de recursos básicos como moradia, educação, mobilidade e gestão desses recursos. Corrêa (2001) escreve que “é na produção periférica, em terrenos públicos ou privados ocupados, que os grupos sociais excluídos se

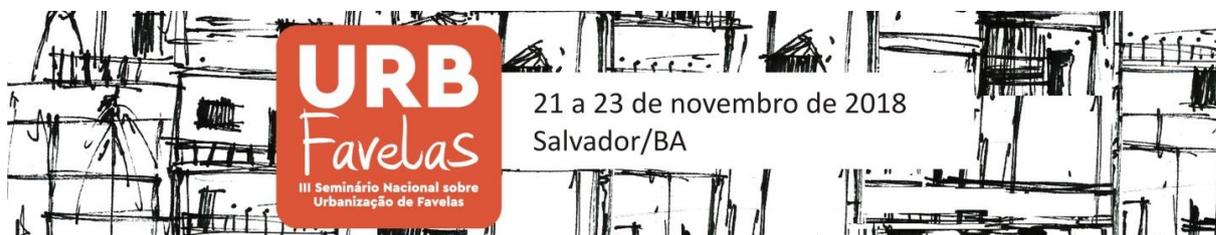


tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo o seu próprio espaço. ” (CORREA, 2001). Essa escrita do autor pode ajudar na reflexão sobre como comunidades como o Santa Rita foram construindo o espaço que habitam e também reivindicando direitos. Exigiram eletricidade e conseguiram, exigiram uma escola, e no bairro foi construída primeira escola municipal da cidade, o acesso ao loteamento aos poucos foi um pouco melhorado, com o passar dos anos o comércio local foi surgindo por iniciativa dos moradores quando passaram a identificar demandas, as casas construídas pelo governo do estado foram sendo personalizadas pelos moradores, e as novas iam sendo construídas com outras características, nascendo uma identidade para o bairro. Estas são questões positivas sobre o desenvolvimento da comunidade que mostram os moradores como agentes modeladores, mas existem outras questões negativas, como é o caso da adesão ao crime.

4.3. A questão da Criminalidade. Investimento (ou a falta dele) para Prevenção.

Há pessoas que por algum motivo não se sentiram no papel de produzir seu próprio espaço, seja por insegurança, trauma, discriminação, preconceito e claro a falta de oportunidades e incentivos. É possível identificar esse fato no Santa Rita ao saber que o bairro foi durante muitos anos ponto de comércio de drogas, pois na época em que eram julgados como flagelados tiveram muita dificuldade de encontrar emprego e acabaram por escolher caminhos “mais fáceis” e muitos dos jovens tinham esse exemplo, perpetuando essa situação. A violência também esteve presente no bairro, inclusive entre jovens, podendo ser resultado de uma infância em um ambiente hostil, sem investimento em educação, ou programas para desenvolvimento social. Resumidamente, a história e transformação do bairro é dividida entre as pessoas que partiram das dificuldades e criaram alternativas para sair da crise local enfrentada, e outras pessoas que buscaram alternativas que as prejudicaram muito e também contribuíram para a continuidade com a cultura do comércio ilegal

Fernandes, Farias, Costa, Lima ressaltam (2017), “ é válido salientar que, baixa escolaridade, altas taxas de desemprego, maiores densidades demográficas e maior grau de desigualdade social funcionam como estímulos das ocorrências criminais, diminuindo o custo de oportunidade do indivíduo para entrar em uma atividade ilícita, isto é, os benefícios que seriam obtidos no mercado de trabalho formal são menores do que se vislumbra na atividade



criminosa.” (FERNANDES; FARIAS; COSTA; LIMA; 2017). Entender que a questão social, econômica e política estão estreitamente vinculadas aos casos de criminalidade é um passo importante, e dessa forma, Araújo; Fajnzylber (2002) colaboram com a reflexão ao escrever que “ é um problema social, afetando diretamente a qualidade e expectativa de vida das populações. Trata-se de um problema econômico porque, de um lado, a sua intensidade está associada às condições econômicas e, de outro, limita o potencial de desenvolvimento das economias. Nesse sentido, a criminalidade é um problema político já que as ações necessárias para combater o crime envolvem a participação ativa dos governos e a alocação de recursos públicos escassos em detrimento de outros objetivos de políticas públicas (ARAÚJO JR. & FAJNZYLBER, 2002).”

4.4. A questão da Mobilidade

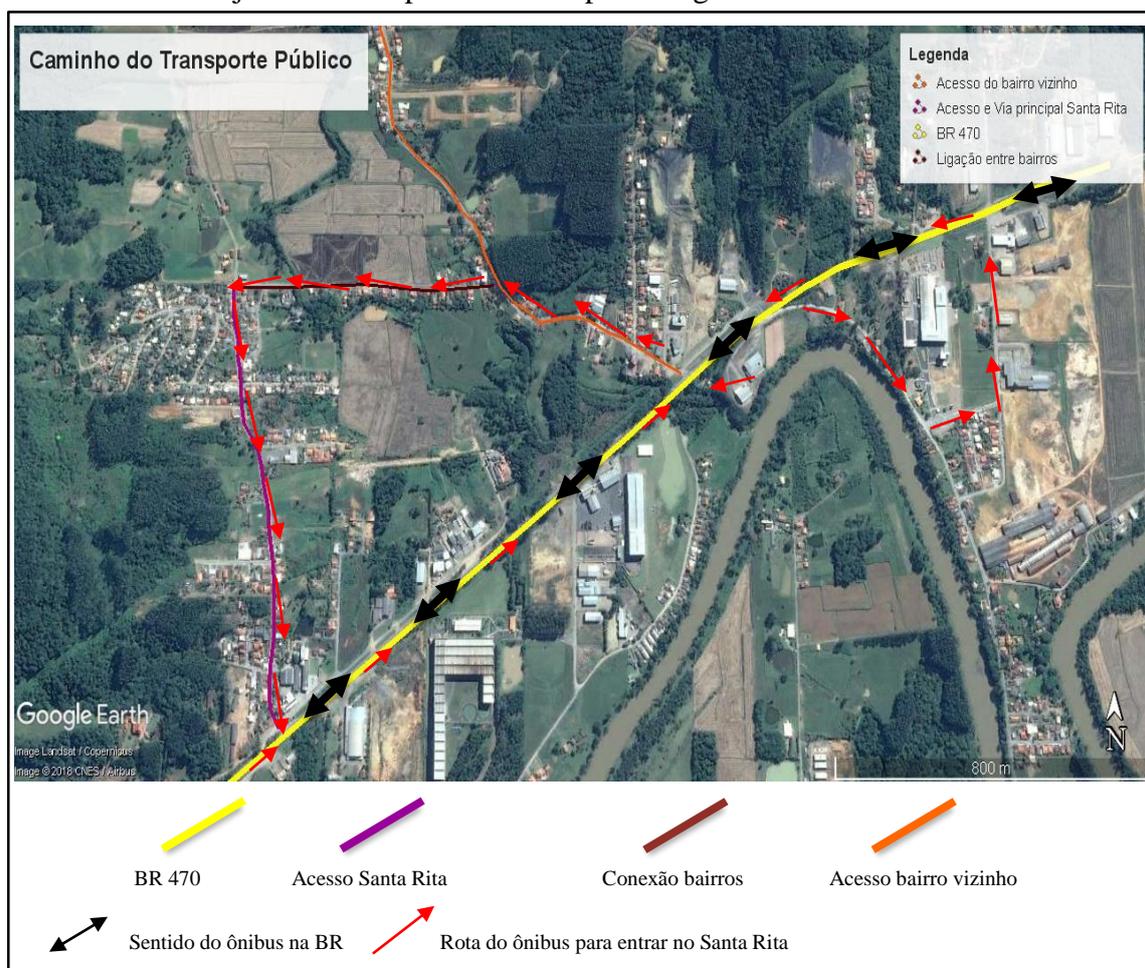
Ao pensar no transporte público também é possível citar um fato curioso, que acentua a segregação do bairro. A cidade conta com apenas uma empresa de transporte público e apenas um terminal, e por ser pequena ainda não tiveram iniciativas para mudar esse cenário. Porém, considerando que a Rio do Sul recebe o título de Capital do Alto Vale, isso deveria ser repensado, inclusive no acesso às áreas periféricas, já que fazendo parte do processo de industrialização do Brasil, em Rio do Sul ele também aconteceu periféricamente, e isso faz com que pessoas da cidade e também de cidades vizinhas, trabalhem nas indústrias periféricas.

Mas existe uma questão preocupante, relacionando o transporte público da cidade e o acesso dos moradores do Bairro Santa Rita a esse serviço, que é não existência de uma linha de ônibus diretamente e exclusivamente para o bairro, inclusive no terminal central da cidade, existem placas de identificação de todos os bairros, exceto do Santa Rita. Nos horários do começo da manhã, muitos moradores já passaram pela situação de não poder seguir viagem no ônibus, por excesso de passageiros que entraram em outros bairros. As linhas que passam pelo bairro, são linhas das localidades vizinhas, e os moradores do Santa Rita são os últimos a entrar, e os últimos a sair. A pessoas acordam muito cedo, e dormem muito tarde, fazendo com que os horários em que poderiam estar se dedicando a qualquer outra atividade além do



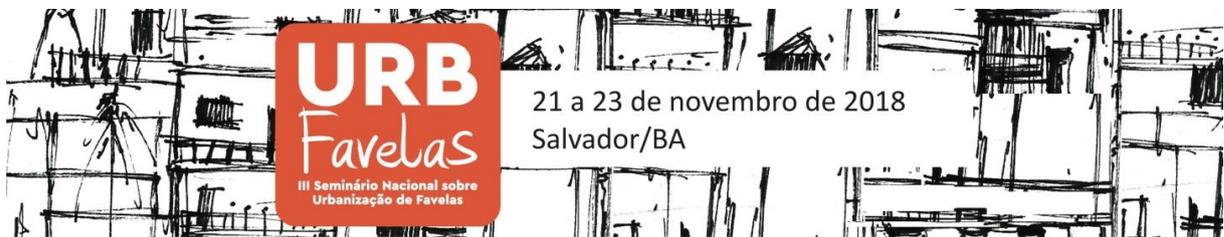
trabalho, sejam curtos e muitas vezes inexistentes, por ainda estarem dentro do transporte público, e isso interfere na qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Trajeto do Transporte Público para chegar na comunidade.



(Fonte: Google Earth. Edição: Carla Stedile)

Analisando os tempos de viagem, Schafer e Victor (2000), identificaram que: a) os tempos médios variam com a condição socioeconômica dos grupos; b) os tempos médios de viagem para a população de baixa renda são, tipicamente, maiores; c) os mais pobres encontram maiores dificuldades para otimizar seus tempos de viagem por conta da escolha do local de moradia e pelos modos de transporte disponíveis na área. (SCHAFFER; VICTOR, 2000). O transporte público é disponibilizado até o bairro Santa Rita. O que prejudica a rotina dos moradores, é a questão de a área ser o último destino do trajeto feito pelo ônibus. O ônibus parte do centro, passa pelos bairros vizinhos, chegando por último no Santa Rita,



lotado, para então lotar ainda mais. No fim do dia, os moradores da comunidade, descem por último.

4.5. Emprego, Mão de Obra barata, “Terra Barata”, Moradia Barata e Invasões

A cidade de Rio do Sul também é conhecida como a capital do jeans, devido as inúmeras empresas e fábricas do ramo. A maioria dos pontos de fabricação dessas empresas estão localizadas no bairro Santa Rita e em alguns bairros próximos. Uma explicação pode ser a proximidade da rodovia, tendo assim fácil acesso de representantes comerciais, já que essas empresas vendem mercadoria para todo o país, e também são empresas de produção em massa, e buscam em comunidades como o Santa Rita, a mão de obra barata.

Sim, essas empresas são geração de emprego, mas somente até certo ponto isso é benéfico, já que os moradores acabam sendo reféns dessas empresas, e isso acaba afetando a capacidade de criarem seus próprios negócios e também exercitarem sua autonomia, por menor que seja. A presença dessas empresas no bairro faz com que a chegada de novos moradores, geralmente de baixa renda, vindos de várias partes do estado e também do país seja um fato presente, e que acontece de forma “circular” e constante, como um ciclo, pois conforme oportunidades apareçam em outros lugares, as pessoas se mudam, dando lugar a novos moradores. Essa realidade acaba contribuindo com o contínuo fenômeno da segregação do Santa Rita, voltando ao ponto já mencionado sobre o conservadorismo da cidade, e sobre a “cultura ideal” que se perpetuou com o tempo, de que a cultura da colônia é a melhor para a cidade, e quem vem de fora vai morar no “loteamento dos flagelados”, que é a periferia da pequena cidade de Rio do Sul. Segundo os dados levantados por uma pesquisa do IBGE, 2001, foram encontradas favelas em 27,6% dos Municípios brasileiros. A tendência apresentada pelos dados mostra que aumenta o percentual de Municípios acusando sua existência à medida que aumenta a população do Município. (IBGE, 2001).

Considerando que o centro de Rio do Sul ainda é destinado a quem tem maior poder aquisitivo, faz sentido que moradores novos e de baixa renda se direcionem ao Santa Rita, pois existe a oferta de emprego nas empresas, mesmo que a mão de obra seja barata. Surge então a necessidade de moradia, e no bairro a rotação de moradores é frequente, sempre tendo moradias a custo acessível. Algo que pode ser observado também no bairro, são os famosos



puxadinhos, que vão sendo construídos atrás das residências, dentro de um mesmo lote, muitas vezes para locação e também em casos de famílias morando próximas umas das outras, pois a oferta de terrenos é pouca, mas o custo de vida no bairro é acessível, e como a chegada e partida de moradores é constante, sempre existe moradia disponível. Em contrapartida, invasões também acontecem. Inclusive, o que mostra mais uma vez o descaso da gestão municipal com o bairro é a frequente ocupação irregular de áreas que são destinadas a lazer, cultura e esporte, pois nessas áreas, as obras nunca saíram do papel.

Imagem da área do bairro que é destinada a praça, tomada pelo mato, que começa a sofrer invasões.



Fonte: imagem 1: Google Earth (edição Carla Stedile); imagem 2: Acervo Carla Stedile)

Esses são fatores de certa forma influenciaram no comportamento dos moradores do bairro Santa Rita, e essa influência no comportamental acabou refletindo em como eles produziram seu espaço e se organizaram como sociedade. A falta de áreas de lazer, que é um problema atual, a falta de consideração com a qualidade do transporte público, que é um problema desde o princípio do bairro até atualmente, assim como a falta de preocupação com a qualidade das habitações locais, que também já é problema antigo, influenciam muito em como um lugar se concretiza, e constrói sua identidade.



No quadro a seguir, retirado do site da prefeitura de Rio do Sul, é possível comprovar o valor recebido para obra da praça, como também a não-execução do projeto.

Construção de Praça no bairro Santa Rita	
Órgão Concedente	Ministério das Cidades
Data Início	18/03/2014
Data Fim	30/08/2018
Valor Concedente	R\$ 126.096,47
Valor Contrapartida	R\$ 24.192,93
Valor Global	R\$ 150.289,40
Percentual Execução	0,0 %
Valor Liberado	R\$ 122.925,00



(Fonte: SIGEP - Prefeitura Municipal de Rio do Sul)

Esses são fatores de certa forma influenciaram no comportamento dos moradores do bairro Santa Rita, e essa influência no comportamental acabou refletindo em como eles produziram seu espaço e se organizaram como sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos refletir acerca da realidade de cada espaço para que possamos compreender as especificidades do processo de segregação socioespacial nas pequenas cidades, pois a partir das características demográficas, econômicas, culturais, sociais, geográficas e políticas de cada localidade, ele pode ser apreendido diferenciadamente. Sendo assim, a compreensão de como se deu, e dá, a estruturação do espaço urbano das cidades pequenas ajuda no entendimento de como a segregação socioespacial se constitui nesses lugares e, nesse contexto, perceber as diferenças e semelhanças nos processos segregativos nelas existentes. Isso permite identificar necessidades e direcionar investimentos necessários.



Com as reflexões até aqui tratadas, percebemos que as realidades das pequenas cidades são múltiplas e heterogêneas e que cada uma apresenta suas próprias identidades e contradições que as individualizam. Ao observar muitas realidades urbanas, podemos confundi-las e estabelecer comparações precipitadas, mas ao nos aprofundarmos nas diferenças existentes, conseguimos perceber suas próprias características. Como por exemplo, talvez o que mais dificulte a transparência sobre o tema da segregação socioespacial na cidade de Rio do Sul, seja o conservadorismo e a resistência ao se abrir para diálogos, assuntos e problemas presentes na cidade.

A resistência ao tratar da exclusão social e da segregação socioespacial é resultado, em certa medida, da precária relação entre as ações e práticas governamentais – federal, estadual e municipal. Castro (2000) trata de que “os problemas habitacionais devem ser considerados como parte central das políticas fundiárias, urbanas e regionais.” (CASTRO, 2000), dito então, o direito à cidade passa pelo acesso a condição digna de habitação legal e do acesso ao conjunto de benefícios que a cidade tem a oferecer, indiferente do seu porte territorial ou populacional, seja metrópole ou pequena cidade. E esses benefícios (que são direitos da população) que a cidade tem a oferecer deveriam ter sido acessados desde os primórdios do bairro Santa Rita. Desde o primeiro morador. Desde a primeira dificuldade.

Pequenas cidades possuem particularidades nos seus espaços que são peculiares, mostrando que os processos e dinâmicas nelas presentes são frutos de suas próprias contradições e características. Nem sempre essas dinâmicas são comparáveis aos processos de composição socioespacial frutos das dinâmicas de metropolização dos espaços, ainda que sejam por elas influenciados.

Os processos excludentes, junto com a falta de investimentos, muitas vezes públicos, crescem cada vez mais nos diversos espaços urbanos e no caso das pequenas cidades esse processo pode ser cruel. Somar isso com a necessidade de soluções de planejamento urbano e regional próprios para os casos das cidades pequenas seria um diferencial necessário, pois o que vem sendo construído, infelizmente e de maneira irresponsável, são interações socioespaciais que influenciam na produção desigual, excludente e segregadora do espaço urbano e das pessoas. É importantíssimo que exista uma preocupação com as transformações existentes nesses lugares de menor escala, considerando o que já foi mencionando no início deste trabalho: metrópoles com áreas segregadas um dia já foram discretas pequenas cidades.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO Jr., A. F. e FAJNZYLBER, P. (2002) **O Que Causa a Criminalidade Violenta no Brasil?: Uma Análise a Partir do Modelo Econômico do Crime: 1981 A 1996.** CEDEPLAR/UFMG.
- CASTRO, C. M. P. **O Estatuto da Cidade e Ampliação do Acesso à Moradia.** In: BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. (orgs.) Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE, 2000.
- CORRÊA, R, L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 2003.
- ENDLICH, Ângela. M. **Pensando os Papeis e significados das pequenas cidades.** Presidente Prudente (tese de doutorado em Geografia) 2006.
- IBGE. **População e Domicílios - Censo 2000 com Divisão Territorial.** 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. In: BUENO, K. **Cidade e Habitação: Segregação espacial urbana - considerações sobre o contexto urbano de Guarapuava/PR.** Unicentro. 2010.
- KRAFTA, R. **Notas de Aula de Morfologia Urbana.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.
- LAPOLLI, V. A. **O Plano Diretor e o Plano de Gerenciamento de enchentes do município de Rio do Sul – SC: a construção de um território seguro?** Dissertação de Mestrado. Florianópolis. UDESC, 2013.
- Projetos em Execução.** SIGEP. Prefeitura Municipal de Rio do Sul. Disponível em: <http://sigep.riodosul.sc.gov.br/>. Acesso: 20 de fevereiro de 2018.
- ROMA, Cláudia. M. **Segregação Socioespacial em Cidades Pequenas: Entre Semelhanças E Diferenças.** Presidente Prudente. FCT: UNESP.
- SCHIMIDT, L. P. **Revisitando o conceito: a segregação urbana e suas abordagens.** In: **Saberes Geográficos: teorias e aplicações** (Org: VESTENA, L. R. et al.) Guarapuava: Unicentro, 2009.
- SCHAFFER, A. e VICTOR, D. G. (2000). **The Future Mobility of the world population.** Transportation Research, Part A.
- VILLAÇA, F.; **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Stúdio Nobel: FAPESP, 1998.